

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.737 - PR (2019/0329202-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADO** : JOAQUIM MIRO - PR015181  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802  
BRUNO DI MARINO - RJ093384  
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442  
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184  
SAMARA MAGALHAES KHOURY - RJ193591  
**RECORRIDO** : VATSON HERACLITO MICHELS  
**RECORRIDO** : ROQUE REISDORFER  
**RECORRIDO** : CELSO LUIZ MOLOSSI - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : SERLI KREIN MOLOSSI - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : ARACELY DE SOUZA COSSA - PR039967

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto pela OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - APELAÇÃO CÍVEL - ILEGITIMIDADE PASSIVA - INOCORRÊNCIA - BRASIL TELECOM É LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO ENQUANTO SUCESSORA DA TELEBRAS - INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO - DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA PARA AJUIZAMENTO DE PEDIDO JUDICIAL, INTELIGÊNCIA DA NORMA CONTIDA NO ARTIGO 5º XXXV, CF - PRESCRIÇÃO AFASTADA - ARGUIÇÃO DE MANIFESTA PRESCRIÇÃO - AFASTADA - PRAZO PRESCRICIONAL REGIDO PELO ART. 117 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 EM ATENÇÃO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 2028 E 205 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - SENDO O LAPSO TEMPORAL DECENAL OU VINTENÁRIO, INICIANDO DA DATA QUE OCORREU A CAPITALIZAÇÃO DAS AÇÕES E NÃO DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO - INAPL/CABILIDADE DA LEI 6.404/76 - NATUREZA PESSOAL - COMPROVADO O DEVER DA APELANTE DE INDENIZAR O APELADO - JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO - CABIMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 405 DO CÓDIGO CIVIL - PEDIDOS SUBSIDIÁRIOS - PROCEDÊNCIA DA DEMANDA QUE AUTORIZA A CONDENAÇÃO EM BÔNUS, DIVIDENDOS E*

*JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (VPA) APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 371 DO STJ - CRITÉRIO DE CONVERSÃO DAS AÇÕES EM PECÚNIA NO VALOR DA AÇÃO NA BOLSA DE VALORES NA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO - OPERAÇÃO DE GRUPAMENTO DE AÇÕES - POSSIBILIDADE EM FASE DE DE AÇÕES - POSSIBILIDADE EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS MANTIDOS RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (fls. 555-556)*

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos arts. 100, § 1º, 170, da Lei das Sociedades Anônimas, 535, II, do CPC/73, 402, 884, 886 do Código Civil e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; b) a ausência de prévio requerimento administrativo obsta o pedido de exibição incidental de documentos em juízo, conforme disposto na Súmula n. 389/STJ; c) a conversão da obrigação de complementação de ações em perdas e danos deve observar o valor dos títulos na data do trânsito em julgado da demanda; d) o termo inicial dos juros de mora deve ser a partir da data do trânsito em julgado e, e) a condenação da empresa de telefonia à complementação de ações sem observar o agrupamento destas, por meio da AGE da Telepar de 10/04/2007, implica a supervalorização dos valores mobiliários pleitados.

É o relatório.

Decido.

A irresignação prospera, em parte.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel.

Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Quanto ao mérito, o Tribunal *a quo* decidiu que o prévio requerimento administrativo do contrato de participação acionária, bem como o pagamento da taxa correspondente, são desnecessários para o pedido de exibição desse documento em sede judicial.

Observa-se do acórdão recorrido:

*Posto que mesmo que a Autora ora Apelada não tenha requerido a exibição de documentos na esfera administrativa, tal hipótese não implica na carência de ação. Ocorre que a Apelada pode pugnar pela apresentação de documentos perante o Poder Judiciário mesmo sem formalizar o pedido na esfera administrativa.*

*Com efeito, o acesso ao Poder Judiciário não pode ser condicionado ao pagamento de taxa, sob pena de afronta ao direito abstrato de ação, insculpido no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. (fl. 563)*

Esse entendimento, no entanto, diverge da jurisprudência consolidada neste Tribunal Superior, segundo a qual *"falta interesse de agir para quem postula a obtenção de documentos com dados societários, se não lograr demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir (...)"* (Súmula n. 389/STJ).

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NÃO OCORRÊNCIA. TAXA. NÃO PAGAMENTO. SÚMULA 389/STJ. APLICAÇÃO. NEGO PROVIMENTO.**

**1. Esta Corte tem entendimento sedimentado no sentido de que aplicável o entendimento da Súmula 389/STJ aos pedidos de exibição incidental dos contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira.**

**2. Não confirmado o pedido administrativo e pagamento de taxa, não há que se falar em interesse de agir, devendo o feito ser extinto com base no art. 330, III, do Código de Processo Civil/2015.**

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt nos EDcl no REsp 1767741/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 07/06/2019)"*

Além disso, é firme a orientação de que a "Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira" (AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/5/2016, DJe 27/5/2016).

Nesse mesmo sentido:

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TELEMAR NORTE LESTE S/A. APRECIACÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DO CDC. REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS. VALIDADE. INÉPCIA DA INICIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. INTERESSE DE AGIR. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DECISÃO MANTIDA. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. 2. Esta Corte possui jurisprudência firmada no sentido da incidência do Código de Defesa do Consumidor (CDC) no contrato em análise, visto que, acobertada pela relação societária, há, na presente controvérsia, clara relação de consumo. Precedentes. 3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 4. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela agravante, quanto à invalidade dos requerimentos administrativos apresentados e à inépcia da inicial, demandaria revolvimento de fatos e provas, vedado em sede de recurso especial. 5. A caracterização do interesse de agir, em ações que objetivam a exibição de documentos societários, exige prova do requerimento formal na via administrativa e comprovante de pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976), conforme assentado por esta Corte em recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973 (REsp n. 982.133/RS, Relator Ministro ALDIR**

**PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/9/2008, DJe 22/9/2008).** 6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 964.479/RN, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA**, julgado em 30/08/2018, DJe 05/09/2018)

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. SÚMULA 389 DO STJ. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. "O entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes." (AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 19/05/2016, DJe 27/05/2016). 2. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 934.742/PR, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA**, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016)**

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COM CLÁUSULA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA Nº 389/STJ. INCIDÊNCIA. ÔNUS PROBATÓRIO. ART. 333, INCISO I, DO CPC/1973. 1. É firme na jurisprudência de ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção o entendimento de que a Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira. 2. A não comprovação da prévia existência de requerimento formal apresentado pelo autor da demanda visando obter os contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira revela sua falta de interesse de agir, impondo a extinção do feito sem resolução meritória. A determinação de exibição incidental desses documentos nessa hipótese (de não comprovação da apresentação do imprescindível requerimento prévio) constitui verdadeira ofensa ao art. 333, inciso I, do CPC/1973. Precedentes. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1331352/RJ, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA**, julgado em**

# *Superior Tribunal de Justiça*

22/11/2016, DJe 01/12/2016)

Desse modo, é evidente a divergência entre o acórdão recorrido e a orientação jurisprudencial desta Corte.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de aplicar o entendimento desta Corte sobre o interesse de agir nos pedidos de exibição incidental de documentos, nos termos acima declinados, mediante o exame da existência de prévios requerimento administrativo e de pagamento da taxa do serviço correspondente.

Resta prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator